

**PSICOLOGIA DISCURSIVA E ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO:
ALINHAVANDO DISCURSO E CULTURA NA PSICOLOGIA SOCIAL
CONTEMPORÂNEA**

**DISCURSIVE PSYCHOLOGY AND CRITICAL ANALYSIS OF SPEECH:
ALIGNING SPEECH AND CULTURE IN CONTEMPORARY SOCIAL
PSYCHOLOGY**

Renata Patricia Forain de Valentim¹

Resumo: Este trabalho quer discutir as mudanças trazidas pela Psicologia Social contemporânea em função de sua crescente aproximação às diversas teorias da análise do discurso e das teorias culturais. Para tanto, expõe as formas de crítica que permitiram à Psicologia o distanciamento de um modelo naturalista, racionalista e universal; discute sua virada rumo às questões da linguagem; e apresenta duas escolas e teorias de psicologia social que incorporam explicitamente as questões acerca do discurso e das questões minoritárias em suas análises: a Psicologia Discursiva e a Análise Crítica do Discurso.

Palavras-chave: Psicologia social; Discurso; Psicologia discursiva; Análise crítica do discurso.

Abstract: This work wants to discuss the changes brought by contemporary social psychology in function of its increasing approach to the diverse theories of discourse analysis and cultural theories. For this, it exposes the forms of criticism that allowed Psychology to distance itself from a naturalistic, rationalist and universal model; discusses his turn to the questions of language; and presents two schools and theories of social psychology that explicitly incorporate questions about discourse and minority issues in their analyzes: Discursive Psychology and Critical Discourse Analysis.

Keywords: Social Psychology; Discourse; Discursive psychology; Critical analysis of discourse.

1 Introdução: Crise e Crítica

Este trabalho se dispõe a discutir as bases do que se constrói em Psicologia Social a partir da crise atravessada por esta disciplina nos anos de 1970 (FERREIRA, 2010; EIRIZIK; FONSECA, 1999; PAULINO; PALMIERI, 2010), relacionando as mudanças atravessadas à sua crescente aproximação às diversas teorias da análise do Discurso e aos Estudos Culturais (COSTA; SILVEIRA; SOMMER, 2013). Para tanto, expõe as formas de crítica que permitiram à Psicologia o distanciamento de um modelo naturalista, racionalista e universal; discute sua virada rumo às questões da linguagem; e apresenta duas escolas e teorias de psicologia social que incorporam explicitamente os temas acerca

¹ Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: renatapfvalentim@gmail.com

do discurso e das questões culturais e minoritárias em suas análises: a Psicologia Discursiva e a Análise Crítica do Discurso.

A palavra crise, derivada do grego *Krisis* foi usada por Hipócrates para determinar um momento de desequilíbrio repentino, de tensão ou conflito dos humores do corpo (CUNHA, 2015). Vinha quase sempre acompanhada de duas outras: *Krinein*, que designava “momento oportuno”, já que a crise também significava o momento mais adequado para a intervenção terapêutica (CAIRUS; RIBEIRO, 2005), o ponto alto da doença, que definia sua evolução para melhor ou pior; e *Kriterion*, critério, discernimento crítico que permitia distinguir o erro da verdade (CUNHA, 2015).

Como nos lembra Bauman (2000), é claro que a visão sobre o corpo, seu funcionamento e seus humores mudou muito desde 460 a.C., mas não só. Também a ideia de crise, como ponto determinante, como momento de uma virada assertiva rumo à cura também se transformou, entrou em “crise”. Esquecido o contexto hipocrático, cotidianamente nos utilizamos desta palavra de forma oposta, em uma situação de irreversibilidade das coisas, de indefinição, ignorância ou “impotência para levá-las adiante no rumo que se gostaria” (BAUMAN, 2000, p. 144).

Para alguns, entretanto, esta indefinição ou incapacidade contemporânea de manutenção conservadora de um equilíbrio não deve ser compreendida como algo negativo, podendo expressar as possibilidades que se abrem após uma ruptura, indicando separações, frustrações, mas também escolhas e decisões. Neste sentido, a crise seria “a maturação de uma nova experiência, a qual leva a um ponto de não retorno (tanto no âmbito pessoal quanto no histórico social). Em resumo, a crise é o fator que predispõe à mudança, que prepara para futuros ajustes sobre novas bases, o que absolutamente não é depressivo” (BORDONI, 2016, p. 11).

Em nossa contemporaneidade, os diagnósticos de crise se sucedem: na filosofia, na cultura, na religião na educação, nos costumes. No campo das ciências humanas e sociais também são inúmeros os diagnósticos de crise (SANTOS, 1987; BOTZ-BORNSTEIN, 2011; JAPIASSÚ, 2014). Alguns deles, como SANTOS (1987), percebendo nesta crise, a decadência dos paradigmas científicos racionalistas como um todo; outros, como BOTZ-BORNSTEIN (2011), alargando os limites e relacionando esta decadência à crise do papel social e cultural que a ciência ocupava no imaginário coletivo.

Partindo destas primeiras questões, o tema que provocou este trabalho diz respeito a uma curiosidade sobre a natureza desta crise que se declara em Psicologia Social. Estamos falando do momento oportuno das mudanças e da busca pela melhora nos

prognósticos, ou nos encontramos no campo da indefinição e da falência de perspectivas? Onde se ancora o sentimento de crise e quais perspectivas teóricas e metodológicas que a partir dele se descortinam (ou não)?

Como já foi dito, a hipótese é a de que o que se constrói a partir da crise que atinge a psicologia social nos anos de 1970 é resultado da aproximação às diversas teorias da interpretação e análise do discurso e dos Estudos Culturais e o que resulta daí não demonstra falta de perspectivas, mas sim, mudança de paradigmas.

Segundo Foucault (1997), esse campo que redefine a ideia de interpretação começa a se desenvolver já no século XVIII, com as possibilidades abertas pelas técnicas interpretativas trazidas por Nietzsche, Freud e Marx, e que parece se estender até o “giro discursivo” nas ciências humanas e sociais no século XX (RORTY, 1999, p. 75). Um redirecionamento em direção às possibilidades de análise da linguagem, sua composição e interpretação, que não se limita à gramática, mas se expande na análise de seu uso histórico e socialmente objetivado.

Já os Estudos Culturais vão dizer respeito a este complexo, que se dedica ao estudo da variedade designada por “humana”, suas histórias, suas culturas e comportamentos. Campo que leva a inúmeras transformações metodológicas, que forçam o distanciamento das construções neutras e positivistas e que agora precisaram refletir sobre os diversos lugares possíveis de enunciação e sobre os traços mais variados e contraditórios da sociabilidade. Posicionamento que não só faz refletir sobre as especificidades culturais de cada contexto enunciativo como também faz pensar sobre o papel que as ciências e os pesquisadores assumem em cada sociedade (BOTZ-BORNSTEIN, 2011; CASTAÑÓN, 2004), em cada segmento social.

Obedecendo a uma forma estritamente didática, tentando organizar algumas das muitas variações deste debate, este texto será composto por três momentos. Em primeiro lugar serão apresentadas as duas formas teóricas de crítica epistemológica e social que teriam permitido à Psicologia, e à Psicologia Social em particular, o distanciamento de um modelo naturalista, racionalista e universal: as teorias da interpretação (e do Discurso) e os Estudos Culturais. Em um segundo momento será discutido o modelo epistemológico que se abre a partir da virada rumo às questões da linguagem e, finalmente, no terceiro, serão apresentadas duas escolas e teorias de psicologia social que incorporam explicitamente as questões culturais, minoritárias e do discurso em suas análises: a Psicologia Discursiva e a Análise Crítica do Discurso.

2 Campos de crise e emergência

Em julho de 1964 Michel Foucault apresenta no Colloque de Royaumont a obra Nietzsche, Freud e Marx, onde se dedica a explorar os sistemas de interpretação que estes autores constroem a partir do século XIX. Segundo FOUCAULT (1997), a partir deles o espaço ocupado pelos signos, isto é, o espaço ocupado pela relação entre os significantes e os significados seguirá transformado.

Para avaliar a dimensão do corte proposto, Foucault propõe que ele seja comparado aos sistemas interpretativos dos séculos XVI e XVII, que se concentravam nas relações de semelhança entre aquilo que é designado e o que ele designa e onde a busca pela verdade se confundia com a busca por esta verossimilhança: “o que dava *lugar* à interpretação, o que constituía simultaneamente o seu planejamento geral e a unidade mínima que a interpretação tinha para trabalhar era a semelhança” (FOUCAULT, 1997, p. 15).

Estas técnicas interpretativas sofreriam um primeiro abalo nos séculos XVII e XVIII pelas críticas de Bacon e Descartes à semelhança. No primeiro, entre a palavra que designa e a coisa a ser designada está interposto o sujeito empírico, que macula a semelhança, interpondo-se entre o significante e o significado. Da mesma forma em Descartes, onde outra mácula se efetiva, desta vez pelo sujeito da racionalidade.

Ainda segundo Foucault se a crítica de Bacon e Descartes colocaram uma “interdição à semelhança (p. 17), os séculos XIX e XX, “particularmente Nietzsche, Freud e Marx, situaram-nos ante uma possibilidade de interpretação e fundamentaram de novo a possibilidade de uma nova hermenêutica” (p. 17), tanto por dirigir as técnicas de interpretação àqueles que interpretam, quanto por desfazer por completo a miragem de uma semelhança não corrompida, definindo qualquer relação entre significante e significado sempre como arbitrária, uma, entre outras infinitas possibilidades. Uma interpretação que se volta sempre para si própria e para as condições históricas da produção dos significados que foram estabelecidos pelo intérprete.

Derivam daí algumas questões. A primeira diz respeito à dimensão infinda da tarefa interpretativa, sempre se voltando para si mesma e se indagando sobre as bases de sua constituição, inacabada, violenta, parcial e arbitrária. No jogo de espelhos e superfícies deste modelo epistemológico que se constrói fora dos padrões da semelhança, a interpretação precisa ser referenciada: Quem interpreta? Ainda segundo Foucault, “o princípio da interpretação não é mais do que o intérprete” (p. 26). É no reconhecimento

de que os símbolos não existem primariamente, que não há neutralidade no uso de suas significações, que a entrada no mundo simbólico se torna um compromisso com o uso político que os sentidos assumem (ORLANDI, 2012).

A segunda diz respeito ao novo plano de disposição dos conceitos e teorias, que deixam de ser arranjados em um eixo verticalizado das verdades mais profundas e dos sentidos mais ascendentes para se colocar em um plano raso, onde se dispõe a horizontalidade da multiplicidade: “a descoberta que a profundidade não é senão um jogo, uma ruga da superfície” (FOUCAULT 1997, p. 19). Por fim, a ideia de que não há nada primário a interpretar, “por que no fundo tudo é interpretação, cada símbolo é em si mesmo não a coisa que se oferece à interpretação, mas a interpretação de outros símbolos” (p. 22).

Da perda desta relação “ingênua” com a linguagem surge a ideia de que nas relações do sujeito com o sentido, e da linguagem com o mundo estão presentes todas as formações sociais e todas as formas de controle da interpretação: “há modos de se interpretar (...), há especialistas, há um corpo social a quem se delegam poderes de interpretar. Os sentidos estão sempre administrados, não estão soltos” (ORLANDI, 2012, p. 10).

FOUCAULT (1995) reforça esta ideia ao propor um exercício de reflexão onde estão postos o *quem* e o *como*, que situam as ciências humanas e sociais e tematizam suas práticas. Há neste esforço, a busca por “estabelecer a constituição dos saberes privilegiando as inter-relações discursivas e sua articulação com as instituições” (MACHADO, 1995, p. X) e a tentativa de compreender o aparecimento dos saberes a partir de condições externas a eles, inserindo-os nas redes de poder e nos dispositivos políticos.

O conceito de genealogia, proposto por NIETZSCHE (1998) e amplamente desenvolvido por FOUCAULT (1995), oferece os marcadores teóricos desta análise ao se afastar da ideia de um fundamento único, original das coisas. Faz refletir sobre a impossibilidade de retorno a uma essência original ou de uma identidade primeira, tendo o cuidado de “escutar a história em vez de acreditar na metafísica” (FOUCAULT, 1995, p. 17).

Para um “genealogista da moral” (NIETZSCHE, 1998), escutar a história significa deter-se no cinza da coisa documentada, na escrita do passado, e colocar em cheque qualquer valoração que se pretenda original. Reconhecer a ideia de essência como uma construção, como um artifício das classes dominantes na perpetuação de seu poder. Fazer

a genealogia dos valores ou do próprio conhecimento, significa reconhecer a onipresença das máscaras e procurar descobrir de onde (ou de quem elas vêm), entrecruzar os acontecimentos e determinar seus pontos de emergência em um jogo de forças:

[...] se interpretar é se apoderar por violência ou sub-repção de um sistema de regras que não tem em si significação essencial e lhe impor uma direção, dobrá-lo a uma nova vontade, fazê-lo entrar em outro jogo e submetê-lo a novas regras, então o devir da humanidade é uma série de interpretações (FOUCAULT, 1995, p. 26).

A partir da segunda metade do século XX, a crítica das interpretações dominantes, canônicas, cria um lugar de “trânsito” (BHABHA, 2001, p.19) das representações. Vinda no esteio dos movimentos pós-coloniais, raciais e de gênero, ela se estabelece no desmonte e na desconstrução dos espaços onde o poder havia se naturalizado, provocando voluntariamente um espaço de conflito em que coabitam “figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão (BHABHA, 2001, p. 19). Lugar onde a crítica se confunde com uma desorientação e com a exploração de novos territórios e que se realiza ao mesmo tempo em que se constroem seus métodos de navegação e sua ética.

Segundo BHABHA (2001) este lugar de conflito sinaliza que a tradição se tornou uma forma parcial de identificação e seus valores se contaminam, dando forma aos “hibridismos culturais que emergem em tempo de transformação” (p. 21). Neste momento histórico, que seria definido como “contracultural” (PEREIRA, 1992), algo de novo começa a se fazer presente: “é a história da migração pós-colonial, as narrativas da diáspora cultural e política, os grandes deslocamentos sociais de comunidades camponesas, a prosa dos refugiados políticos e econômicos” (BHABHA, 2001, p. 24), além, é claro, das narrações do feminino que já haviam se iniciado.

Ainda segundo o autor, há uma decadência das narrativas do capitalismo e das interpretações hegemônicas, que durante muito tempo não foram capazes de fornecer a estrutura para aqueles modos de ser que se formam em torno de questões como sexualidade, raça, feminismo ou como a do o mundo que cerca os refugiados. Da mesma forma em HALL (2006), onde a multiplicação das narrativas contra hegemônicas se deve à ao declínio das “velhas identidades, que, por tanto tempo estabilizaram o mundo social” (HALL, 2006, p. 7)

Como consequência, ambos os autores identificam neste cenário de pós modernidade ou modernidade tardia o declínio das possibilidades que definiam uma identidade cultural unificada. Os parâmetros de investigação que a justificavam se tornam

relativos. Conceitos como os de sexo ou raça, que faziam parte de um vocabulário estritamente biológico são apropriados e passam ser reinterpretados por um viés cultural e social, desempenhando um papel determinante nas investigações científicas.

Neste campo passam a ser cada vez mais discutidos conceitos como discurso, gênero ou identidade. Eles têm sido usados de modo amplo, como termos da “moda” (NOGUEIRA, 2008, p. 235), em uma “explosão discursiva” (HALL, 2000, p. 103), frequentemente representando concepções diferentes. Na maior parte das vezes, entretanto, surgem como importantes instrumentos da análise das práticas discursivas, da crítica antiessencialista e do combate às concepções racionalistas de sujeito. Frequentemente aliadas às “políticas de localização” (HALL, 2000, p. 104) e às “reinvidicações de singularidades subjetivas” (GUATTARI, 1993, p. 13).

Importante ressaltar que mesmo considerando o valor político e a importância social das narrativas minoritárias, GUATTARI (1993, 2005), assim como HALL (2000), aponta para os riscos de se tornarem elas próprias as narrativas hegemônicas e dominantes ou ainda de caírem novamente nas armadilhas do essencialismo ou de uma nova estratificação das interpretações, em “reterritorializações conservadoras da subjetividade” (GUATTARI, 1993, p. 13). Segundo HALL (2000), o esforço aqui seria o de manter uma análise que não se ocupe em eleger um “sujeito cognoscente” (p. 105), que estaria mais ou menos próximo da verdade, mas sim manter a análise sobre as práticas discursivas e sua relação com os sujeitos, explicitando, inclusive, as políticas de exclusão que ela poderia vir a implicar.

Como já deve estar claro, no conceito de “práticas discursivas” não devem ser compreendidas as operações fala e suas competências cognitivas. Em contraste com o naturalismo das definições essencialistas, a análise dos discursos procura perceber a o movimento e a dinâmica dos processos sociais nas consolidações de sentido que foram sendo sedimentadas. Principalmente em como estas significações se dispuseram a partir de suas relações com a exterioridade e suas ininterruptas demandas de estabilização e transmissão de novos conteúdos (VALENTIM; TRINDADE, 2011).

Pode-se dizer ainda que em uma análise discursiva, a questão está em “determinar o princípio segundo o qual puderam aparecer os únicos conjuntos significantes que foram enunciados” (FOUCAULT, 2016, p. 146). Para Foucault (2016) isso compreende vários aspectos. Determina que este domínio enunciativo “não tome como referência nem um sujeito individual, nem alguma coisa semelhante a uma consciência coletiva, nem uma subjetividade transcendental”, e que ele deva ser analisado em si mesmo, “aceito, em sua

modéstia empírica, como local de acontecimentos, de regularidades, de relacionamentos, de modificações determinadas, de transformações sistemáticas” (p. 149).

Supõe ainda que a análise das práticas discursivas se concentre em acúmulos, que não estão nem nas memórias individuais, nem na série indiferente dos documentos, mas sim nas técnicas e suportes dos quais os enunciados dispuseram (sejam eles sociais, políticos ou econômicos) e que os fizeram permanecer ao longo do tempo, os mantiveram ativos nesta “remanência” (p. 151). Por fim, que suas transformações, suas séries sucessivas não obedeçam à temporalidade da consciência, nem à sua finalidade. Não se trata de uma análise que se prenda à história das intenções, dos projetos ou de um conjunto de metas dispostas conscientemente. Trata-se, reafirma Foucault, de “uma história das coisas ditas [...] em sua forma, em sua regularidade e em sua natureza” (p. 149).

A história das práticas discursivas permitirá ao campo dos estudos culturais circunscrever aquelas que se estabeleceram regularmente ao longo do tempo e a forma como isso aconteceu. Permite circunscrever a presença dos fatores políticos, de poder ou de ideologia e a reprodução de determinadas relações sociais ou identitárias que sustentaram estas práticas. Assim, o “discurso não é analisado apenas como objeto “verbal” autônomo, mas também como interação situada, como uma prática social ou como um tipo de comunicação numa situação cultural, histórica ou política” (VAN DIJK, 2010, p. 12).

3 O Giro linguístico na Psicologia

A crítica que permitiu às ciências humanas e sociais estabelecer o necessário distanciamento de um modelo naturalista clássico, cartesiano, racionalista e universal também se confunde com seu encontro com os estudos da linguagem. Entretanto, segundo RORTY (1999, p. 75), em seus primórdios, esta “virada discursiva” foi ainda uma tentativa desesperada de reestabelecer ao longo do século XX, uma temática “ideal”: a linguagem. Objeto de pesquisa que, por um lado, se identificaria com os projetos positivistas, almejando reconduzir a ideia de verdade para as ciências humanas através da lógica e da pragmática; e, por outro lado, que também ofereceria as formas de controle experimental dos efeitos da linguagem e das interações sociais construídas através deles.

A subárea da Linguística que ofereceu apoio a essa Psicologia, identificada com as situações de experimentação e controle é a *Pragmática*. Segundo Charadeau e

Maingueneau (2004), em seu modo adjetivo a *pragmática* é um dos três componentes da língua (os outros dois são o *semântico* e o *sintático*), que se volta para a relação dos signos com seus usuários, através da análise de seus usos e efeitos. Com ele, ainda segundo os autores, designa-se o “componente que trata dos processos de interpretação dos enunciados em *contexto*” (2004, p. 394).

Para a Psicologia mais identificada com os princípios positivistas, a pragmática vai oferecer os instrumentos de análise e determinação dos padrões dessas interpretações. Sustenta-se como instrumento de exame das interações sociais, que tanto servem de contexto comunicacional, quanto serão as responsáveis pelo “complexo processo de aquisição das regras de comunicação” (WATZLAWICK; BEAVIN; JACKSON, 1973, p. 13). Nas vertentes comportamentais da psicologia, a abertura deste campo de análise das regras comunicacionais significou um desafio à análise estrita do comportamento, e o conseqüente desenvolvimento das *abordagens cognitivo-comportamentais*, que passam a dar uma importância crescente aos aspectos da cognição (e a aquisição das regras e usos sociais de linguagem está entre estes aspectos) no funcionamento humano. Segundo FALCONE (2011), nesta prática, os modelos técnicos de processamento de informação passam a ser cada vez mais direcionados à clínica, como formas de identificação e modificação das estruturas cognitivas “disfuncionais” (FALCONE, 2011, p. 209).

Entretanto, de forma concomitante, ao longo do século XX, distintas possibilidades de análise da linguagem serão apropriadas pela psicologia, particularmente a social. Influenciadas pela teoria crítica de Foucault, vão se concentrar em outros aspectos de sua composição, como no exame de seu uso cotidiano, público e socialmente objetivado ou na análise das lógicas ambíguas, imperfeitas e imprecisas dessas suas formas. Um exame que não se detém, como nas análises cognitivas, no universo restrito de variações e composições sintáticas e semânticas dos processos informacionais, mas que incorpora os traços da mais variados e contraditórios da sociabilidade e das especificidades culturais de seu contexto enunciativo.

Assim é que em meados do século XX, este “giro” na direção dos estudos da linguagem formará a base concreta, transdisciplinar do conceito de *Discurso*. A partir destas diversas e heterogêneas vertentes, esta categoria progressivamente passa a ser utilizada para definir uma unidade linguística, que extrapola as análises formais e que deve ser analisada em seu uso mundano: como “traço de um ato de comunicação sócio-historicamente determinado”, orientado e contextualizado; regido por normas e interativo, polifônico, assumido no interdiscurso, além da já mencionada capacidade de

se constituir como ato, como forma de ação (CHARADEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 169-170).

No campo das Ciências Sociais, a virada linguística leva a uma crítica interna de seus pressupostos e práticas, problematizando as formas de conhecimento produzidas no seu interior, em sua “estrutura histórica global” (PÊCHEUX, 2011, p. 27). Uma “linha de ruptura” que se estabelece no momento em que se pretende deixar de lado as causalidades naturalizadas, em um direcionamento aos estudos do discurso, como forma de análise de um sistema articulado, que “reflete as práticas sociais complexas” (p. 35).

Segundo VAN DIJK (2004), neste deslizamento, um progressivo afastamento da tradição cartesiana e a percepção de que a linguagem faz muito mais de que representar o mundo, ela “é basicamente um instrumento de fazer coisas”. A linguagem não só “faz pensamento” como também “faz realidades” (GRACIA, 2004, p. 33), constrói mundos, interpretações, relacionamentos. Desse modo, o papel atribuído a ela nas grandes variedades de correntes sociológicas e psicossociais paulatinamente se configura como uma perspectiva específica, onde a “linguisticidade” e o “linguístico” ocupam um lugar central, como forma de poderosos instrumentos de desconstrução das formas sociais naturalizadas (VALENTIM, 2016).

4 A psicologia social analisando os discursos: A Psicologia Discursiva e a Análise Crítica do Discurso

A *Psicologia Discursiva* é definida por Potter e Edwards (2001) como a aplicação das ideias da análise do discurso à psicologia. Quer compreender como os conceitos relacionados a uma determinada atividade ou tema, seja ela a psicologia, o racismo, a docência ou qualquer outra, são apropriados pelo senso comum (NOGUEIRA, 2008).

Os analistas procuram padrões na linguagem associados a determinado tópico ou atividade; isto é, procuram famílias de termos específicos e significados com eles relacionados. Quando voltada ao vocabulário psicológico, por exemplo, a análise procura investigar de que forma as pessoas se utilizam destas categorias e conceitos para lidar com as questões relativas à sua interioridade, uma “psicologia popular” (EDWARDS, 2005) que surgiria como meio real e empírico de decifração de si mesmo. Neste caso a análise diria respeito a textos ou conversas em que temas psicológicos como memória, percepção, emoção, consciência, angústia, são utilizados na vida cotidiana, querendo

compreender “como esses tipos de conceitos são utilizados nas ações sociais e no trabalho retórico que o discurso desempenha” (EDWARDS, 2005, p. 181).

A psicologia discursiva é marcadamente empírica. Seu método de análise envolve a coleta de um conjunto de materiais textuais ou conversacionais, de preferência espontâneos, isto é, que ocorreram em situações ordinárias, sem os mecanismos de controle do “laboratório”. Em um detalhado roteiro, EDWARDS (2005) enumera vários momentos que devem ser observados neste processo. O primeiro deles é verificar que ação está sendo realizada quando as coisas foram ditas daquele modo. O segundo é o exame dos interesses dos participantes, suas categorias, seus conceitos, suas descrições. Para qualquer conteúdo a ser pesquisado, Edwards recomenda ainda que se pergunte sempre o “como é dito” e não o “por que é dito”. Segundo o autor, perguntas que envolvem o “por que” dependem de premissas pré-analíticas, diferente do “como”, que não envolve nenhum tipo de seleção argumentativa.

POTTER (2012) reforça alguns destes cuidados, que distinguem a pesquisa na psicologia social discursiva. Mais radical que Edwards, recomenda que a coleta seja realizada em ambientes não controlados, “naturais”, o que reforçaria o laço de confiança estabelecido com o pesquisador pelos participantes e faria com que a pesquisa obedecesse a roteiros éticos apropriados. Em termos de coleta, Potter recomenda que haja um tempo a ser dedicado à transcrição, e a descreve como um elemento essencial à pesquisa. Nela deve ser observado não apenas o dito, mas também as atividades que estão tendo lugar ali, devendo ser codificadas as ênfases, as pausas, as sobreposições de palavras, que buscam corrigir o sentido, assim como as prosódias, as entonações e a velocidade da fala.

Potter reforça ainda outro cuidado a ser tomado, desta vez na fase da pesquisa que corresponde à análise dos dados selecionados. Segundo ele, a psicologia discursiva frequentemente usa uma “rede de arrasto” no material coletado para construir um *corpus* de exemplos que explicita como as práticas se desenrolam. Esses *corpora* de análise, segundo BILLIG (2006, 2009), não devem nunca ser compreendidos como esquemas internos que determinam enunciados externos, mas, como já foi dito, devem ser examinados em seus contextos interacionais e retóricos.

A *análise crítica do discurso* ou *análise Foucaultiana*, tal como a psicologia discursiva, também procura padrões de linguagem. Seu campo de análise, entretanto, é mais amplo e circunscreve questões culturais ou sociais (NOGUEIRA, 2008), onde estão incluídas as diferentes áreas do conhecimento e as práticas linguísticas e sociais. Compreende ainda as ações discursivas como eventos comunicacionais complexos, onde

se reproduzem as relações de poder e de regulação social, representadas na situação interacional através de seu contexto ou ainda nas próprias estruturas do texto e da fala. (VAN DIJK, 2008).

Neste sentido, as pesquisas vão se voltar para as desigualdades e as diferenças que se mostram e se põem em prática através dos discursos, em temas como gênero, preconceito, raça, identidade, saúde mental, controle social, abuso do poder, marginalização, exclusão social, entre outras. Para tanto, VAN DIJK (2008) cita uma série de exigências a serem atendidas na análise crítica do discurso: Ela deve voltar-se primordialmente para questões políticas e análises sociais; deve se formar a partir de um campo multidisciplinar e, mais do que descrever as estruturas discursivas, ela deverá tentar explicá-las nos termos da interação social. A análise crítica deverá enfim se concentrar nos caminhos pelos quais a estrutura discursiva “decreta, confirma, legitima, reproduz ou desafia as relações de poder e domínio na sociedade” (VAN DIJK, 2008, p. 353).

Diferentemente da psicologia discursiva, a análise crítica do discurso vai além dos contextos imediatos da comunicação interpessoal e coloca questões sobre as formas de subjetivação provocadas pelo discurso, a forma como as pessoas pensam ou sentem, suas práticas e as condições materiais dentro das quais ocorrem tais experiências. Segundo NOGUEIRA (2008), nesta abordagem se analisa o constrangimento destes sujeitos em suas escolhas de linguagem, a natureza coletiva do discurso como recurso social e cultural usado nas interações humanas. A questão aqui é a de saber, relativamente a determinados tópicos, quais são os recursos linguísticos disponíveis, como se desdobram e para que (e a quem) é que eles servem.

FAIRCLOUGH (2005), expressa algumas reservas quanto à ideia de método de modo geral, mas em especial em relação à análise crítica do discurso, que para ele é muito mais uma teoria sobre a língua do que um método. Uma perspectiva teórica que percebe a linguagem visual, a linguagem corporal, e assim por diante como elementos ou momentos do processo social, passíveis de serem inseridos em reflexões mais amplas. Afirma ainda que esta perspectiva tem uma relação de diálogo com outros métodos e outras teorias, compreendendo que uma visão ampla do processo social deve superar as divisões disciplinares.

Ainda segundo FAIRCLOUGH (2005), além da superação das fronteiras disciplinares, a análise crítica do discurso, pressupõe também que se parta de uma situação de conflito ou desigualdade social, onde devem ser investigadas as redes de

práticas que a sustentam e considerados os discursos que contribuem para a manutenção de relações de poder e dominação. Em seus últimos estágios a análise deve ainda ser capaz de apontar as possibilidades discursivas ainda não exercidas, identificando as possibilidades de mudanças ainda não concebidas, concebidas parcialmente, ou ainda revelar diferenças e resistências. Finalmente, em sua última fase, a análise deve se tornar reflexiva, questionando sua eficácia crítica e sua contribuição na emancipação social.

5 Considerações finais

A questão que provocou este trabalho estava relacionada a uma curiosidade sobre a natureza da crise que se declara nas ciências humanas e sociais. O objetivo então foi defender uma ideia de “crise” que não se detivesse nas interpretações de estagnação, mas que pensasse a crise como um tempo necessário de mudanças e como consequência imediata de um ininterrupto diálogo da ciência consigo mesma e seu contexto de emergência e emancipação. Como moto-contínuo de fundação e refundação dos critérios que delinea os limites e objetos das investigações, que reafirma sua relação com a história e impele à construção novos métodos de investigação.

Neste sentido, o impacto as questões relativas ao discurso e dos estudos culturais (nas suas diferentes concepções) tem tido na psicologia social nas últimas décadas é facilmente perceptível. A crítica que se institui a partir daí recai sobre os modelos e pesquisa de orientação positivista, mais descomprometidos com a realidade social e funda um espaço de estudo onde a análise dos discursos funciona como forma de atuação solidária e emancipatória.

Referências

- BAUMAN, Z. **Em busca da política**. 1. ed. RJ: Zahar, 2000.
- BHABHA, H. **O local da Cultura**. 1. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- BILLIG, M. A. Psychoanalytic Discursive Psychology: from consciousness to unconsciousness. **Discursive studies**, London, v.8, n. 1, p. 17-24, feb. 2006.
- BILLIG, M. A. Discursive Psychology, rhetoric and the issue of agency. **Semen Revue de Sémio-linguistique des Textes et Discours**, Paris, v. 27, p. 1-22, 2009.
- BORDONI, C. A crise do estado. In: BAUMAN, Z.; BORDONI, C. **Estado de crise**. 2. ed. RJ: Zahar, 2016. p. 9-19.

BOTZ-BORNSTEIN, T. The crisis of the human sciences. In: BOTZ-BORNSTEIN, T. **Science culture and the university**. 1. ed. New Castle: Cambridge Scholars Publishing, 2011. p. 3-11.

CAIRUS, H. F.; RIBEIRO, W.A. **Textos hipocráticos. O doente, o médico e a doença**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed Fiocruz, 2005.

CASTANÔN, G. A. Pós-modernismo e política científica na psicologia contemporânea: uma revisão crítica. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 2, p. 155-167, 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2004000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 jan. 2018.

CHARADEAU, D.; MAINGUENEAU, P. **Dicionário de Análise do Discurso**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

COSTA, M. V.; SILVEIRA, R. H.; SOMMER, L. H. Estudos culturais, educação e pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 23, p.36-61, ago. 2003.

CUNHA, A. G. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2015.

EDWARDS, D. Psicologia Discursiva: unindo teoria e método como exemplo. In: IÑIGUEZ, L. **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 181-205.

EIZIRIK.M.F.; FONSECA, T.M.G. Ciência e Poder: Perspectivas da Psicologia Social contemporânea. **Revista de Ciências Humanas**, Santa Catarina, ed. Especial, p. 11-20, Jul/dez.1999.

FAIRCLOUGH, N. Critical Discourse Analysis as a Method in Social Scientific Research. In: WODAK, R.; MEYER, J. **Methods of critical discourse analysis**. 2 ed. Londres: Sage, 2005. p. 121-138.

FALCONE, E. As bases teóricas e filosóficas das abordagens cognitivo comportamentais. In: JACÓ-VILELA, A.M.; FERREIRA, A.A.L.; PORTUGAL, F. **História da Psicologia: Rumos e Percursos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2011. p. 195-215.

FERREIRA, M. C. A Psicologia Social Contemporânea: Principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais. **Psicologia Teoria e Pesquisa**, Brasília, v.26, n. especial, p. 51-64, 2010.

FOUCAULT, M. **A Microfísica do Poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

FOUCAULT, M. **Nietzsche, Freud e Marx**. 1. ed. São Paulo: Princípio, 1997

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

GRACIA, T. I. O “Giro Linguístico” In: IÑIGUEZ, L. **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. p.19-49.

GUATTARI, F. **Caosmose: um novo paradigma estético**. 1. ed. São Paulo: Editora 34,1993

JAPIASSÚ, H. **A Crise das Ciências Humanas**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

HALL, S. **A Identidade cultural na pós-modernidade**.11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

- HALL, S. Quem Precisa da Identidade? In: SILVA, T. T. **Identidade e diferença**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.
- NIETZSCHE, F. **Genealogia da Moral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1998.
- NOGUEIRA, C. Análise(s) do discurso: diferentes concepções na prática de pesquisa em psicologia social. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 235-242, jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722008000200014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 jan. 2018.
- ORLANDI, E. **Análise do discurso. Princípios e Procedimentos**. 10. Ed. Campinas: Pontes, 2012.
- PÊCHEUX, M. **Análise de Discurso**. 3. ed. Campinas: Pontes, 2011.
- PEREIRA, C. A. M. **O que é Contracultura**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- POTTER, J. Discursive Analysis and Discursive Psychology. In: **APA Handbook of Research Methods in Psychology**. 1. ed. Washington: APA, 2012. p. 111-130.
- POTTER, J.; EDWARDS, D. Discursive Social Psychology In: ROBINSON, P.; GILES, H. **The New Handbook of Language and Social Psychology**. 1. ed. New Jersey: John Wiley and sons, 2001. p. 103-118.
- RORTY, R. **Ensaio sobre Heidegger e outros**. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- SANTOS, B.S. **Um discurso sobre as ciências**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1987.
- VALENTIM, R. P. F. de Contribuições do conceito de Heterogeneidades Enunciativas a uma Psicologia Social Crítica. **Athenea Digital. Revista de pensamento e investigación social**, Barcelona, v. 16, n. 2, p. 349-361, jul. 2016. Disponível em: <<http://atheneadigital.net/article/view/v16-n2-valentim>>. Acesso em: 30 jan. 2018.
- VALENTIM, R.; TRINDADE, Z. Sobre Memória, Representação e Identidade Social: alguns aspectos teóricos. **Polis e Psiquê**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 60-72, 2011.
- VAN DIJK, T. **Discurso e poder**. 2. ed. SP: Contexto, 2010
- VAN DIJK, T. Critical Discourses analyses. In: SCHIFFRIN, D., TANNER, D.; HAMILTON, H. **Handbook of Discourse Analyses**. 2. ed. New Jersey: Blackwell Publishers, 2008. p. 48-61.
- WATZLAWICK, P.; BEAVIN, J.; JACKSON, D. **Pragmática da Comunicação Humana**. 1. ed. São Paulo: Cultrix, 1973.

Recebido em: 30 de janeiro de 2018.

Aceito em: 06 de julho 2018.